

**O MOBRAL (MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO) NO
MUNICÍPIO DE LONDRINA (1970–1983)**

***EL MOBRAL (MOVIMIENTO BRASILEÑO DE ALFABETIZACIÓN) EN EL
MUNICIPIO DE LONDRINA (1970–1983)***

***THE MOBRAL (BRAZILIAN LITERACY MOVEMENT) IN THE MUNICIPALITY OF
LONDRINA (1970–1983)***



Tainã Aparecida Teixeira da SILVA
e-mail: taina.teixeira@uel.br



Tony HONORATO
e-mail: tonyhonoratu@gmail.com



Carolina MARTIN
e-mail: caromartin@uol.com.br

Como referenciar este artigo:

SILVA, T. A. T.; HONORATO, T.; MARTIN, C. O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no município de Londrina (1970–1983). *Rev. Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 00, e023017, 2023. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v13i00.18140>



| Submetido em: 15/08/2023
| Revisões requeridas em: 22/10/2023
| Aprovado em: 09/11/2023
| Publicado em: 21/12/2023

Editora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

RESUMO: O foco deste artigo reside na análise do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no contexto do município de Londrina durante o período de 1970 a 1983. Esse programa nacional de alfabetização de jovens e adultos foi implementado durante o período da Ditadura Civil-Militar, que abrangeu os anos de 1967 a 1985. Assim, o objetivo está em analisar a implantação e desenvolvimento do Mobral em Londrina (1970-1983), com o intuito de compreender como foi organizado nos diferentes espaços municipais. Os procedimentos metodológicos se baseiam em pesquisa bibliográfica e análise documental de legislações e fontes disponíveis no Museu Escolar de Londrina (MEL), estas últimas, por sua vez, delimitaram o recorte temporal. Os resultados revelam que os municípios foram os grandes protagonistas do Mobral. Em Londrina, por um lado, é inegável que foi dada uma oportunidade de escolarização a muitas pessoas, por outro lado, houve obstáculos na organização, planejamento, recursos humanos e didáticos, financiamento e infraestrutura, principalmente nas periferias e áreas rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Mobral. Município de Londrina.

RESUMEN: *El objeto de este artículo es el Mobral (Movimiento Brasileño de Alfabetización) en el municipio de Londrina, de 1970 a 1983. Esta política nacional de alfabetización de jóvenes y adultos fue implementada por la Dictadura Cívico Militar, entre 1967 y 1985. Así, el El objetivo es analizar la implementación y desarrollo del Mobral en Londrina (1970-1983), con el objetivo de comprender cómo se organizó en diferentes espacios municipales. Los procedimientos metodológicos se basan en la investigación bibliográfica y el análisis documental de la legislación y de las fuentes disponibles en el Museu Escolar de Londrina (MEL), este último, a su vez, delimitó el marco temporal. Los resultados revelan que los municipios fueron los principales protagonistas de Mobral. En Londrina, por un lado, es innegable que muchas personas tuvieron la oportunidad de estudiar, por otro lado, hubo obstáculos en la organización, planificación, recursos humanos y docentes, financiamiento e infraestructura, especialmente en las afueras y en las zonas rurales.*

PALABRAS CLAVE: *Educación de Jóvenes y Adultos. Mobral. Municipio de Londrina.*

ABSTRACT: *The focus of this article lies in the analysis of the Brazilian Literacy Movement (MOBRAL) in the context of the municipality of Londrina during the period from 1970 to 1983. This national program for the literacy of youth and adults was implemented during the Civil-Military Dictatorship period, which spanned from 1967 to 1985. Thus, the objective is to analyze the implementation and development of MOBRAL in Londrina (1970-1983), aiming to understand how it was organized in different municipal spaces. The methodological procedures are based on bibliographic research and documentary analysis of legislation and sources available at the Londrina School Museum (MEL), the latter of which delimited the temporal scope. The results reveal that municipalities were the main protagonists of MOBRAL. In Londrina, on the one hand, it is undeniable that many people were given an opportunity for schooling; on the other hand, there were obstacles in organization, planning, human and didactic resources, financing, and infrastructure, especially in peripheral and rural areas.*

KEYWORDS: *Youth and Adult Education. Mobral. Municipality of Londrina.*

Introdução

O tema central deste artigo é o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no município de Londrina, localizado no norte do estado do Paraná, no período de 1970 a 1983. O Mobral foi um programa de alfabetização e educação de jovens e adultos, que emergiu no Brasil em 1967, durante o período da Ditadura Civil Militar. Sua missão primordial era enfrentar o alarmante índice de analfabetismo que assolava o país, ao proporcionar a milhões de brasileiros o acesso à educação básica.

Dessa forma, o escopo da pesquisa é a análise da implantação e desenvolvimento do Mobral em Londrina (1970-1983), com o intuito de compreender como foi organizado nos diferentes espaços municipais, urbano e rural. O recorte temporal abrange o período em que foram encontrados documentos sobre essa política educacional no Museu Escolar de Londrina (MEL). Os procedimentos metodológicos se baseiam em análise documental e pesquisa bibliográfica, sob a perspectiva histórica de Luca (2021), para a qual ao examinarmos o passado, podemos compreender mais sobre a constructos humanos de uma forma crítica, o que nos possibilita apreender a formação social, estruturas políticas, ideologias e outros aspectos importantes da história da educação.

Os documentos históricos utilizados como fonte se encontram no acervo do Museu Escolar de Londrina (MEL), o qual abarca a documentação pedagógica guardada, ao longo de pelo menos cinco décadas, pelos órgãos responsáveis pela educação de Londrina. Há uma diversidade de tipologias de documentos: ofícios, circulares, diários de classe, termos de visitas, fotografias, projetos, entre outros. Foi dessa pluralidade de fontes que esta pesquisa se valeu para focar na temática Mobral.

Parte-se do princípio de que a história da educação no Brasil é um campo multifacetado e complexo, onde diferentes períodos e programas educacionais, como o Mobral, desempenharam papéis variados. Assim, este artigo abordará em um primeiro momento um panorama geral do Mobral no país, para em seguida discutir suas particularidades em Londrina.

Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização

Com o Golpe Civil Militar, que iniciou em 1964 e perdurou até 1985, muitos projetos educacionais foram limitados ou proibidos, como as metodologias e propostas de Paulo Freire, por não se alinharem com as ideologias vigentes, enquanto novas ações emergiram como um instrumento de homogeneização de valores e pensamentos, em um contexto de disseminação

das diretrizes do governo militar, o qual não permitia divergência de opiniões (Haddad; Di Pierro, 1987, 2000).

Nesse cenário, uma das ações educacionais dos militares foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado pela Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e instituído pelo Decreto n.º 62.455, de 22 de março de 1968, como Fundação MOBREAL, que estaria a cargo do Ministério da Educação e Cultura e teria autonomia administrativa e financeira. Seu financiamento vinha de empresas estatais, privadas, recursos da loteria esportiva e do imposto de renda. A proposta era acabar com o analfabetismo em 10 anos e tinha como foco a faixa etária de 15 a 35 anos. Esse programa educacional foi extinto pelo Decreto n.º 91.980, de 25 de novembro de 1985 (Brasil, 1967, 1968, 1985).

O foco estava no aprendizado de leitura, escrita e cálculo, com o intuito de possibilitar a integração dos alunos na sociedade depois de formados, e melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população. A questão metodológica se ateu às soluções de massa e à racionalização dos meios, que não consideravam as particularidades regionais e individuais dos alunos. O modelo suscitou críticas por parte de muitos educadores, dentre eles Paulo Freire (1994), que considerou o Mobral como uma estratégia para enfraquecer o discurso e a prática da educação popular, por não trabalhar a compreensão crítica do mundo. Como afirmam Hilsdorf (2003) e Paiva (1987), a Educação Popular e a Educação de Adultos devem ser entendidas como processos de construção coletiva do conhecimento, que valorizam a experiência e a participação ativa dos estudantes.

No processo de implantação houve o envolvimento de três níveis governamentais: administração central, coordenação estadual e comissão municipal. Ocorreram convênios com comissões municipais para fornecer material didático, orientação técnica e recursos para o pagamento dos alfabetizadores. Os municípios deveriam mobilizar voluntários, analfabetos e alfabetizadores, e disponibilizar espaços para as aulas no período noturno, como escolas, igrejas, sindicatos e templos, com duração de cinco meses para a alfabetização funcional e, posteriormente, mais 12 meses de educação integrada. Esse modelo comprometeu a efetividade das ações, devido às disparidades entre as diferentes regiões do país, houve principalmente problemas com a infraestrutura dos espaços para aulas e recursos humanos capacitados (Di Pierro, 1992).

Em Londrina, no contexto político e social da época, o Mobral evidenciou as complexidades das questões educacionais e sociais da região, o que nos possibilita

compreender, em um espaço circunscrito, parte dos desafios enfrentados na tentativa de erradicar o analfabetismo no Brasil.

O Mobral em Londrina (1970-1983)

Londrina está na região norte do estado do Paraná, colonizada entre os anos 1920 e 1930, principalmente por imigrantes europeus e asiáticos e empresas privadas, que compraram terras do governo estadual. Foi fundada em 1930 e elevada a município pelo Decreto Estadual n.º 2.519, de 03 de dezembro de 1934 (Arias Neto, 2008). Em seu início, devido à grande extensão territorial, a economia tinha como base a agricultura principalmente cafeeira. Nos anos 1950, iniciava um processo de urbanização e aumento populacional, que sofreu incremento nas décadas seguintes, o que promoveu aos poucos o êxodo rural e novos nichos econômicos como indústria, serviço e comércio. Nos anos 1970 e 1980, essa mudança paulatina no perfil do município culminou em problemas sociais, de infraestrutura e também educacionais (Cainelli, 1994; Capelo, 2013).

No que concerne à implementação do MOBREAL no município, as fontes do Museu Escolar de Londrina (MEL) revelam registros que abrangem o período entre 1970 e 1983. Estes registros incluem documentos dos anos de 1973 e 1974 relacionados ao financiamento e às iniciativas de implementação do MOBREAL, além de 102 Termos de Visita elaborados para supervisionar e acompanhar as atividades nas escolas e o progresso das ações do MOBREAL durante o período mencionado. Também são examinados o perfil dos professores do MOBREAL em 1973 e aspectos dos conhecimentos e práticas docentes em 1973. É importante ressaltar que, embora esses documentos não capturem todas as ações relacionadas ao MOBREAL em Londrina, eles oferecem indícios que permitem traçar um panorama geral do que ocorreu.

Quanto à questão da relação entre o Mobral e a administração pública brasileira, Castro (1974, p. 3) destaca que “[...] trata-se de uma organização que descentraliza muitas de suas atividades e decisões, ao mesmo tempo que mantém um excelente sistema de comunicações com todas as suas ramificações através do País”, posto que na época era “[...] a única organização de âmbito nacional que mantém uma rede de pessoal atingindo praticamente todos os municípios brasileiros”. Essa relação intragovernamental e as ações das quais os municípios ficaram responsáveis, podem ser vislumbradas na descrição dos documentos apresentados a seguir.

No MEL, há documentos datados de 1973 que revelam aspectos da relação entre os diferentes níveis de governo e o financiamento do Mobral. Uma circular de 24 de janeiro expedida pelo Secretário Executivo da Fundação Mobral, endereçada a prefeitos, informa sobre um parecer favorável do Tribunal de Contas da União (TCU) e de um ministro de Estado sobre a aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na Educação de Adolescentes e Adultos (alfabetização e educação integrada), desde que o poder executivo continuasse a dar prioridade ao ensino primário.

No mesmo ano, houve um termo de convênio estabelecido entre o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e a Prefeitura Municipal de Londrina (PR), com a intermediação do Coordenador Estadual do Mobral. Era voltado à implementação do programa de Educação Integrada, equivalente às quatro primeiras séries do 1º grau, para os que evadiram da escola ou não possuíam escolarização adequada, tinha como característica a suplência e dinâmica acelerada. A previsão era que atenderia a dois mil alunos e teria vigência de dois anos, com a possibilidade de rescisão por consenso das partes ou por descumprimento das obrigações assumidas. Entretanto, deixou ambíguo o compromisso assumido por ambas as partes, sem fornecer detalhes específicos.

Diante desses acordos, o executivo municipal realizou, em 05 de fevereiro de 1973, uma reunião da Comissão Municipal do Mobral. Foram enviados ofícios às emissoras de rádio, televisão e jornais a fim de obter o apoio da comunidade, o que possibilitou angariar contribuições financeiras de indivíduos e empresas. Subsequentemente, para atender às necessidades pedagógicas, foram realizadas três reuniões e um treinamento de dois dias.

Os Termos de Visita foram guardados e organizados pelo Departamento de Educação e Assistência Social de Londrina (DEPAS), estão ordenados por pastas em ordem alfabética com o nome de professores/professoras, documentos pessoais e profissionais, fotos, fichas de inscrição, controle de evasão e desempenho no ensino, histórico de cursos e avaliações. As visitas eram supervisionadas por profissionais do órgão. Entre 1970 e 1983, contêm informações consideradas relevantes sobre as ações voltadas ao Mobral, a saber: exames, infraestrutura, organização do ambiente, ações e comportamento de alunos e professores, quantidade de alunos, disciplinas ministradas, cursos e palestras extracurriculares, eventos e festas escolares, temas abordados e metodologias de ensino.

Foi possível identificar aspectos relacionados diretamente aos professores, como pontualidade nos exames, apresentação da sala de aula, organização e limpeza do ambiente, solicitações de livros relacionados à administração, atualização da lista de chamada,

justificativa de atraso de matéria em algumas disciplinas, correção dos cadernos dos alunos, controle das saídas para o banheiro, utilização econômica do material escolar, dinâmica da sala de aula e incentivo a atitudes comportamentais dos alunos. No tocante aos alunos, era observado o cuidado com seus cadernos.

Como atividades extracurriculares estava a realização de um curso, pelo Serviço Nacional de Comércio (SENAC), de relações humanas, de tratorista e palestras sobre a importância da frequência, pontualidade e participação nas atividades laborais. A organização de eventos e outras atividades culturais como Festa Junina, Semana da Pátria, Festa do Folclore, Dia do Filme, teatro de fantoches, leitura de crônicas e visita à Biblioteca Municipal, eram ações ligadas ao programa Mobral Cultural, que segundo Melo, Montalvão Neto e Santana (2022), procurava despertar o interesse dos alunos pelos estudos e diminuir a evasão.

Considera-se que merece destaque a constatação de problemas e desafios encontrados no Mobral em Londrina. No ano de 1970 há o relato de que as turmas tinham grande quantidade de alunos, o que dificultava o trabalho do professor. Em um relatório datado de setembro de 1974, foram identificadas atividades como exibição de filmes e teatro, além de 110 visitas aos postos de atendimento do MOBREAL. No ano de 1977, foram relatadas dificuldades enfrentadas por pais que não tinham com quem deixar seus filhos durante o horário das aulas. No ano subsequente, 1978, surgiram problemas relacionados à carência financeira de alguns estudantes, que não podiam custear o material escolar, juntamente com solicitações de professores e alunos por rondas policiais ou por um guarda de segurança. Ao longo desse período, foram registradas queixas quanto à infraestrutura, especialmente em relação à falta de iluminação, dado que a maioria das aulas ocorria durante a noite.

Considera-se que esse conjunto de documentos formados pelos Termos de Visitas corroboram o que Martins e Guerra (2018) enfatizam sobre as diretrizes do Mobral, que priorizavam o técnico e instrumental, e davam pouca atenção às questões pedagógicas. Destacam que “Desperta a atenção a grande quantidade de indicadores voltados para uma racionalização extensa do trabalho e para a formação de um corpo técnico, responsável pelo funcionamento pleno e perfeito da instituição” (p. 62), que era o que os supervisores do DEPAS em Londrina faziam, conforme as descrições das fontes.

O perfil dos professores do Mobral em Londrina, em 1973, diferia de acordo com o local, as grandes disparidades estavam entre os espaços rurais e urbanos. O nível de formação dos docentes e as diferenças dentro do território municipal podem ser observados na Tabela 1. Constata-se que na área urbana todos os professores tinham pelo menos ensino primário

completo, sendo as maiores taxas entre o normal incompleto (59,38%) e o normal completo (15,60%). Por outro lado, na área rural, não havia nenhum professor com normal ou superior completo e a maioria tinha apenas o primário completo (47,62%).

Tabela 1 – Nível de formação dos professores do Mobral em Londrina (1973)

Nível de instrução	Urbana	Rural
Primário Incompleto	0%	4,76%
Primário Completo	0%	47,62%
1º Ciclo Incompleto	9,38%	4,76%
1º Ciclo Completo	3,13%	19,05%
2º Ciclo Incompleto	0%	4,76%
2º Ciclo Completo	3,13%	4,76%
Normal Incompleto	59,38%	14,29%
Normal Completo	15,60%	0%
Superior Incompleto	9,38%	0%

Fonte: Acervo MEL, Relação dos postos em Funcionamento, Mobral. Londrina, 1973. Elaboração dos autores.

Os dados também revelam outras características do total dos 53 professores registrados em 1973, 32 (60,38%) eram professores da área urbana, enquanto 11 (39,62%) atuavam na área rural. Em relação ao gênero, na área urbana, 93,75% dos professores eram do sexo feminino, enquanto apenas 6,25% eram do sexo masculino, e na área rural 71,43% dos professores eram do sexo feminino e 28,57% do sexo masculino. Todavia, o valor da gratificação era estabelecido em Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) para todos os professores, independentemente de seu nível de instrução ou da localização de sua atuação. Se levar em consideração que o salário-mínimo em abril de 1973 era de Cr\$ 268,80 (duzentos e sessenta e oito cruzeiros e oitenta centavos), e que com o ajuste em maio do mesmo ano foi para Cr\$ 312,00 (trezentos e doze cruzeiros), isso significa que em abril o salário do professor estava defasado em aproximadamente 168,80%, e em maio 212%.

Além dos docentes, o Mobral contava com monitores, que também eram estudantes e ofereciam um suporte adicional aos colegas. Contudo, nas fontes foi possível encontrar somente algumas fichas com informações pessoais como: local de posto, data do início das aulas, nome do aluno, data de nascimento, sexo, estado civil, endereço, bairro, profissão, local de trabalho,

outro serviço que possa exercer, número de filhos, quantos filhos estudam, quantos filhos trabalham, religião e espaço para alguma observação.

Se comparar esse perfil dos professores do Mobral de Londrina, principalmente da área rural, praticamente metade apenas com formação de 1º grau, com as diretrizes gerais dessa política pública, constata-se que dificilmente os docentes teriam capacidade cumprir as metas. O discurso da Fundação Mobral (Brasil, 1978) era que o alfabetizador deveria adotar o Programa de Educação Integrada (PEI), que consistia em: estar aberto ao diálogo e discutir questões cotidianas para valorizar a realidade de vida dos alunos; utilizar o método silábico, a partir de palavras geradoras; estimular os alunos para que se sintam capazes de aprender e se comunicar; valorizar o trabalho em grupo; e introduzir novas tecnologias nas aulas.

Destaca-se que nas fontes consultadas não foi encontrada nenhuma forma de capacitação que permitisse alcançar essas finalidades. Conforme aponta Corrêa (1979), um membro da Fundação Mobral no governo federal, havia um roteiro de orientação para o alfabetizador, em uma linguagem simples e acessível, que era considerado como o principal meio de capacitação, por apresentar a teorização da educação de adultos e os objetivos a serem seguidos.

A Fundação Mobral disponibilizava aos docentes um “Manual do Professor”, de acordo com as áreas a serem trabalhadas: matemática, comunicação e expressão, integração social, ciências físicas e biológicas, e educação para o trabalho. Nesses manuais constavam os objetivos que o professor deveria atingir com seus alunos em sala de aula (Brasil, 1974, 1976a, 1976b, 1978). O cotejamento entre os Manuais do Professor e o Plano de Curso imposto aos professores do Mobral de Londrina, apresentado a seguir, demonstra que há coerência e adequação entre ambos. Considera-se que isso demonstra que nesse quesito essa política pública estava sendo implantada de acordo com as diretrizes gerais nacionais.

Entre os documentos do MEL, está um Plano de Curso, com a observação de que ainda estava incompleto, que abrangia sete temáticas, com catorze tópicos cada: a) Informação para Capacitação Profissional; b) Matemática; c) Língua Pátria; d) Estudos Sociais; e) Educação Moral e Cívica; f) Ciências Físicas e Biológicas; g) Higiene e Saúde. O tema “Informação para Capacitação Profissional” foca o mercado de trabalho e discorre sobre a estrutura de um lar, importância da medicina, processos industriais, circulação monetária e agricultura. “Matemática” trata de conceitos básicos, como aritmética, geometria, álgebra e operações fundamentais, com a apresentação desses conceitos de forma simplificada, que seriam complementados por material suplementar. A temática “Língua Pátria” aborda a língua

portuguesa, como fonética, leitura em voz alta, formação de palavras, escrita, ditado, consoantes, frases, sílabas, singular e plural, feminino e masculino, tudo isso com contextualização em situações cotidianas.

“Estudos Sociais” abrange uma gama de tópicos relacionados ao desenvolvimento da humanidade nas ciências, saúde, meio ambiente e comunicação. O tema “Educação Moral e Cívica” explora assuntos voltados à ética e aos valores morais, como a importância da família, direitos, deveres e religião. Esse tema tem forte influência dos valores em vigência na época, ao discutir a indústria nacional, história da aviação, cooperação entre formigas, higiene pessoal, obtenção de recursos financeiros, a ‘Hora do Brasil’, ‘Projeto Minerva’, pátria e comunidade.

A temática “Ciências Físicas e Biológicas” apresenta a eficiência nos processos produtivos, higiene mental e física, diferentes tipos de doenças, vacinação, dinheiro, saúde e alimentação. Por último, “Higiene e Saúde” aborda a importância de hábitos pessoais e domésticos saudáveis, como uso de calçados, purificação do ar, água e alimentos, e doenças derivadas de poluição e insetos. O plano de curso orientava o professor sobre a sequência do ensino, mas nos documentos não foram mencionados materiais específicos, encontrou-se também menção ao que deveria ser trabalhado nos ‘exercícios de reforço’ das disciplinas matemática e língua portuguesa.

O Mobral também oferecia aulas de “Educação Artística” uma vez por semana, em uma sala de aula dedicada a essa finalidade, os trabalhos incluíam artesanato, pintura, flores, retratos, bonecos e criação de cinzeiros, a partir de latas, cabides, lapiseiras, toalhas e chaves. Essas aulas contaram com apoio e patrocínio de empresas locais. Outra ação na área das artes foi uma iniciativa do I Encontro Nacional de Diretores de Teatro Amador e Universitário, realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), que solicitou à Coordenação Nacional do Movimento Brasileiro de Alfabetização, em abril de 1973, apoio para a implantação do Teatro Amador e Universitário no Mobral, todavia não há informação do resultado.

Considerações finais

Esse levantamento da documentação disponível no acervo do Museu Escolar de Londrina (MEL), entre 1970 e 1983, acerca da implantação e desenvolvimento do Mobral no município, nos possibilita compreender a história de políticas educativas e sujeitos, em um processo de eventos que mudam ao longo do tempo, como é o caso do combate ao analfabetismo, que ainda é um problema no século XXI.

Embora fosse um programa educacional de âmbito federal, praticamente toda a responsabilidade por sua implementação, e, conseqüentemente, pelo sucesso ou fracasso, recaía sobre os governos municipais. A falta de orientações claras sobre a alocação de recursos municipais resultava, em muitos casos, em desperdício ou em insuficiência de verbas para atender às necessidades educacionais dos jovens e adultos. Considera-se que qualquer processo educacional, independentemente do público-alvo ou da etapa de ensino, requer, no mínimo, foco nos aspectos de treinamento e qualificação dos docentes, bem como na infraestrutura. No caso específico de Londrina, no estado do Paraná, observa-se que a prefeitura enfrentava dificuldades para lidar com tais questões, mantendo sua rede de ensino e atendendo às demais demandas estaduais e federais.

Os documentos utilizados nesta pesquisa revelam que a implementação do MOBREAL em Londrina foi marcada por uma série de conquistas e desafios. Por um lado, é inegável que o programa ofereceu uma oportunidade para muitas pessoas que, por serem analfabetas, estavam de certa forma excluídas da sociedade, tanto na área urbana quanto na rural. Mesmo que não tenha sido implementado sob condições ideais do ponto de vista ideológico e didático, o MOBREAL chamou a atenção para a questão e mobilizou voluntários, empresas e indivíduos para fornecer apoio financeiro e logístico.

Por outro lado, houve obstáculos na organização, planejamento, recursos humanos e didáticos, financiamento e infraestrutura. Os principais gargalos estavam nas áreas periféricas e rurais, onde a população tinha dificuldade em frequentar as aulas, seja por problemas pessoais ou de infraestrutura, como falta de luz, já que o ensino era noturno. Os documentos encontrados sobre práticas e saberes, corroboram as críticas de que o material e temas eram desatualizados, extremamente simplistas, com fragmentação temática e uma notável ausência de enfoque nas habilidades práticas.

A contribuição para a história da educação deste artigo, está em destacar o protagonismo dos municípios, ente federado muitas vezes preterido nas pesquisas de políticas públicas, em

detrimento dos governos estaduais e federal, conforme apontam Gonçalves Neto, Carvalho (2015) e Souza (2015). No tocante ao Mobral, como salienta Souza (2016):

As Comissões Municipais são as células básicas de atuação do Mobral. Elas permitiram a descentralização e radiação das ações. O êxito do trabalho desenvolvido por essas comissões ligava-se diretamente à sua capacidade de estimular a comunidade a participar dos programas do Mobral, de mobilizar recursos – humanos, materiais e financeiros – e utilizá-los de forma adequada e criativa. Sobre esses parâmetros, eram fiscalizados e cobrados pela supervisão estadual (Souza, 2016, p. 79).

Como destacado anteriormente, esta pesquisa parte de documentos do acervo do MEL, o que permitiu vislumbrar uma parcela das ações do Mobral em Londrina, considera-se que para estabelecer um quadro geral é preciso futuras pesquisas que estabeleçam comparações e confrontamentos com outras fontes. Nessa mesma perspectiva, seriam necessárias mais investigações, que permitissem compreender como o conjunto de municípios do estado do Paraná lidaram com as complexidades do Mobral, posto que a revisão bibliográfica revelou poucos estudos nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ARIAS NETO, J. M. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

BRASIL. Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 12727, 1967.

BRASIL. Decreto n.º 62.455, de 22 de março de 1968. Institui a fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2484, 1968.

BRASIL. Decreto n.º 91.980, de 25 de novembro de 1985. Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 17214, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Conjunto de alfabetização**: leitura. Rio de Janeiro: Primor Educacional, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização/SUSUG. **Leitura continuada e as habilidades de leitura**. Rio de Janeiro: Mobral, 1976a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização/SUSUG. **A palavra geradora e o aprendizado leitura e da escrita**. Rio de Janeiro: Mobral, 1976b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Objetivos terminais**: programa de educação integrada. Rio de Janeiro: MOBREAL/MEC; DSU, 1978.

CAINELLI, M. R. **Entre a roça e o ditado Campanha Nacional de Educação Rural Londrina 1952/1963**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

CAPELO, M. R. C. **Educação, escola e diversidade no meio rural**. Londrina: Eduel, 2013.

CASTRO, C. M. **O Mobral e a Alfabetização no Brasil**. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), 1974. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12120>. Acesso em: 30 set. 2023.

CORRÊA, A. L. **Educação de Massa e Ação Comunitária**. Rio de Janeiro: MOBREAL; AGGS, 1979.

DI PIERRO, M. C. Educação de jovens e adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes. **Em Aberto**, Brasília, v. 11, n. 56, p. 22–30, 1992. DOI: 10.24109/2176-6673.emaberto.11i56.1866. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2168/1907>. Acesso em: 10 set. 2023.

FREIRE, P. O Mobral nasceu para negar meu método e meu discurso. [Entrevista concedida a] Marilene Felinto e Mônica Rodrigues da Costa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 maio 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/29/mais!/13.html>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. Apresentação - A ação municipal nos assuntos da educação na Primeira República Brasileira: algumas considerações. In: GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. (org.). **Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 7-18.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Ensino supletivo no Brasil**: o estado da arte. Brasília: REDUC, 1987.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação [online]**, [S. l.], n. 14, p.108–194, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LUCA, T. R. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, É.; GUERRA, T. C. Mobral, Tecnoctatas e Educadores: trajetos de uma experiência e alfabetização no Brasil. **Revista Cantareira**, Niterói, n. 29, p. 53-64, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/30765/17871>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MELO, W. C.; MONTALVÃO NETO, A. L.; SANTANA, W. K. F. Notas histórico-educacionais sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). **Revista Cocar**, Belém, v. 16, n. 34, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4603>. Acesso em: 5 set. 2023.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

SOUZA, R. F. A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1910). In: GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. (org.). **Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 101-128.

SOUZA, B. N. S. **Alfabetização e legitimidade: a trajetória do Mobral entre os anos 1970-1980**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016.

Fontes – Acervo do Museu Escolar de Londrina (MEL)

Comissão Municipal do Mobral. Londrina, 1973. Caixa 933, Estante 15, E 26.

Estrutura e funcionamento do ensino - Educação Integrada. Londrina, 1976. Caixa 333, Estante 6, E 10.

Exercício de reforço - Mobral. Londrina, 1973. Caixa 933, Estante 15, E 26.

Ficha de matrícula. Londrina, 1973. Caixa 933, Estante 15, E 26.

Indicadores educacionais. Londrina, 1976. Caixa 333, Estante 6, E 10.

Mobral - Folha de gratificação dos alfabetizadores. Londrina, 1972–1978. 1A.

Movimento Brasileiro de Alfabetização - Relação dos professores. Londrina, 1973. Caixa 933, Estante 15, E 26.

Plano de curso. Londrina, 1973. Caixa 933, Estante 15, E 26.

Relatório trimestral. Londrina, 1973. Caixa 933, Estante 15, E 26.

Relação dos postos em funcionamento - Mobral. Londrina, 1973.

Termos de Visita. Departamento de Educação Pública e Assistência Social/Prefeitura do Município de Londrina. Londrina, 1970–1983.

Sobre os autores

Tainã Aparecida Teixeira da SILVA

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR – Brasil. Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina. Membro do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores - GPROC/CNPq. Pesquisadora do Museu Escolar de Londrina.

Tony HONORATO

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR – Brasil. Doutor em Educação. Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista Produtividade em Pesquisa - PQ/CNPq.

Carolina MARTIN

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – PR – Brasil. Doutora em Educação. Pós-doutorado bolsista do CNPq no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina.

CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Não aplicável.
 - Financiamento:** Texto produzido no contexto do projeto de pesquisa “Ação municipal e educação no Brasil: processo de escolarização em Londrina/PR (1949-1992)”, financiado pelo Edital-CP 09/2021 Pesquisa Básica e Aplicada da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FA) e da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI-PR). Bolsa PQ-CNPq.
 - Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - Aprovação ética:** Não aplicável.
 - Disponibilidade de dados e material:** As fontes históricas estão disponíveis no Museu Escolar de Londrina (MEL).
 - Contribuições dos autores:** **Tainã Aparecida Teixeira da Silva.** Concepção da pesquisa e do artigo. Desenvolvimento metodológico. Produção e análise dos dados. Fundamentação teórica. Escrita e revisão do texto. **Tony Honorato.** Concepção da pesquisa e do artigo. Desenvolvimento metodológico. Produção e análise dos dados. Fundamentação teórica. Escrita e revisão do texto. **Carolina Martin.** Desenvolvimento metodológico. Produção e análise dos dados. Fundamentação teórica. Escrita e revisão do texto.
-

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação, normalização e tradução.

